

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

PG/13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentários dos Diretores
Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras: As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 01 - "presentation of financial statements", emitida pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações. **a) condições financeiras e patrimoniais gerais:** Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação do seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total foi de 0,27. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 8.538 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,15. O índice de dívida líquida em relação ao período de 31 de dezembro de 2022 aumentou devido ao aumento do passivo com fornecedores por conta da negociação que a controladora fez com os principais fornecedores para extensão dos dias de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 0,13. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 8 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,13. **b) estrutura de capital:** Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados um perfil equilibrado entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades. **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:** Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo

ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2023 eram 1,92 e 1,93, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2022 eram de 3,68 e 3,68, respectivamente. Acreditamos que o relacionamento da Companhia e de seus controladores com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade. **(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:** Nos dois últimos exercícios sociais as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (ii) aumento de capital advindo dos sócios. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:** A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos junto a instituições financeiras. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia: (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio. Os diretores da Companhia entendem que as fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado continuarão sendo suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais. **(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:** A companhia não possui empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no período de 31 de dezembro de 2023. **g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:** Os números e análises a seguir apresentados são oriundos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Comentários dos diretores sobre:** **a) resultados das operações da Companhia:** i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita: A receita líquida da Companhia é composta, (i) pela receita bruta, que é proveniente dos serviços de saúde prestados pela Companhia, principalmente para operadoras de planos de assistência à saúde, que, por sua vez, incluem materiais clínicos e hospitalares, medicamentos, taxas de uso e diárias, (ii) deduzida dos (a) cancelamentos e abatimentos, que consistem, basicamente das glosas médicas que a Companhia realiza como resultado da não aprovação, por operadoras de planos de assistência à saúde, de determinados procedimentos médicos, medicamentos e/ou materiais realizados e/ou utilizados pela Companhia; e (b) impostos incidentes sobre a receita bruta, correspondentes ao (a) PIS e à COFINS, que são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente; e (b) ISS, que é imposto municipal e incide a alíquotas que variam entre 2% e 5%, conforme o município em que a Companhia efetivamente presta serviços

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022							
(Em milhares de reais)							
ATIVO	Notas	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	8.538	8	Fornecedores	12	10.989	-
Contas a receber de clientes	5	19.290	-	Obrigações sociais	13	113	-
Estoques	6	432	-	Obrigações tributárias	14	4.890	4.815
Impostos a recuperar	7	1.273	97	Dividendos a pagar	15	3.160	3.317
Partes relacionadas	15	7.534	29.828	Passivos arrendados	11	64	-
Outros ativos	10	31	-	Outros passivos		1	3
Total do ativo circulante		37.098	29.933	Total do passivo circulante		19.217	8.135
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	8	139	-	Passivos arrendados	11	318	-
Intangível	9	33.875	34.560	Total do passivo não circulante		318	-
Direito de uso	11	372	-	Patrimônio líquido	16		
Total do ativo não circulante		34.386	34.560	Capital social		38.408	38.408
Total do ativo		71.484	64.493	Reserva de lucros		13.541	17.950
				Total do patrimônio líquido		51.949	56.358
				Total do passivo e do patrimônio líquido		71.484	64.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022						
(Em milhares de reais)						
	Notas	Lucros acumulados		Reservas e retenções		Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		38.408		531	7.561	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.965	13.965
Reserva legal	16	-	698	-	(698)	-
Dividendos propostos	16	-	-	(790)	(3.317)	(4.107)
Constituição de reserva	16	-	-	9.950	(9.950)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		38.408	1.229	16.721	-	56.358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.147	16.147
Reserva legal	16	-	807	-	(807)	-
Dividendos propostos	16	-	-	(16.721)	(8.835)	(20.556)
Constituição de reserva	16	-	-	11.505	(11.505)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		38.408	2.036	11.505	-	51.949

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Angará Oncologia e Participações S.A. ("Companhia" ou "ANGARÁ"), com sede na Q QS 3, LT 03, Lote 05/07 Loja 21 Edifício Pátio Capital, Águas Claras, Brasília/DF, fundada em 2019 é uma sociedade anônima de capital fechado. O objeto social é (i) prestação de serviços médico-hospitalares em geral, especificamente as atividades relacionadas à hematologia e oncologia, contemplando procedimentos de atendimento, diagnóstico, terapia, emergência, suporte à vida, cirúrgicos, internação de pacientes, entre outros, e (ii) participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias. A Central Nacional da Unimed – Cooperativa Central ("CNU" ou "Cooperativa") e Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A ("Oncoclínicas"), firmaram uma parceria estratégica, para em conjunto, atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. As operações da Companhia, iniciadas em fevereiro 2020, estão sendo realizadas por meio da parceria com a Onco Vida Instituto Especializado de Oncologias Clínicas S.A. e de Aliança Instituto de Oncologia S.A., Brasília-DF, ambas controladas pelo Grupo Oncoclínicas. A partir do dia de agosto de 2023, a companhia passou a consolidar os resultados da Central Nacional Unimed (CNU) das unidades Oncovida e Aliança. Nesse sentido, tanto a receita quanto os custos de materiais e medicamentos, serão diretamente contabilizados na Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e apresentação:** A moeda funcional da Companhia é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa); (ii) definição da vida útil dos bens do intangível; e (iii) contabilização de provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados. A administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributário, cíveis e trabalhista são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES ELUCIDATIVAS: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as seguintes políticas contábeis materiais: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Representado por ativos de caixa, por saldos em contas bancárias e em aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos originais de até noventa dias, constituídos de títulos de alta liquidez, convertíveis em caixa e com insignificante risco de mudança de valor. **b) Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48/FR59 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: (i) mensurados a valor justo por meio de resultado; (ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurado ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativo financeiro:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **o** Ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; **e** **o** Termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes

e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **"Impairment" de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por **"impairment"** são reconhecidas somente se há evidência objetiva de **"impairment"** como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por **"impairment"** é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por **"impairment"** diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o **"impairment"** ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **c) Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa e de glosas. Perda Esperada em Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD") é constituída quando há evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos considerando a análise das perdas de crédito esperadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão para glosas é constituída com base em percentual histórico observado concomitantemente com o reconhecimento da receita de prestação de serviços e o respectivo contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima ao valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e Perda Esperadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) considerando o conceito de perdas esperadas. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **e) Imobilizados:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável **impairment** acumuladas. Todos os gastos necessários para colocar a imobilização no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida pela administração são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição ou construção de ativos qualificados. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil líquido do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **f) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida:** São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** São reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa que a Companhia usa como sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é

saúde. **ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:** Nos dois últimos exercícios sociais, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram (i) crescimento orgânico e (ii) escala. **(i) Crescimento Orgânico:** A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que promovem o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida por meio de desenvolvimento de projetos *Greenfield* e *Brownfield* com o objetivo de expandir a capacidade operacional da Companhia. **(ii) Escala:** Desde a sua fundação, o crescimento orgânico e as aquisições de empresas têm sido os principais pilares de crescimento do Grupo Oncoclínicas, grupo controlador da Companhia. Os diretores da companhia entendem que a estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial e sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia:** Os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e a totalidade das suas receitas estão em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Bras. Cabe ressaltar que toda estrutura de custos da Companhia não é afetada pela variação do câmbio entre o real e o dólar norte-americano, uma vez que a precificação dos medicamentos utilizados pela Companhia em seus tratamentos é regulado pelo ministério da saúde e não é indexada em moeda estrangeira. No ano de 2023 o PIB brasileiro (publicada pelo IPEA) apresentou um crescimento de 2,9%, mesmo crescimento anual de 2022. Dois anos de crescimento do PIB demonstram uma retomada frente ao ano de 2020 que foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19. Essa retomada da atividade econômica colabora com nossos negócios uma vez que as pessoas tendem a voltar a fazer seus exames periódicos e retomam seus tratamentos recorrentes. **Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras: (a) Introdução ou alienação de segmento operacional:** Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. **(b) Eventos ou operações não usuais:** Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia. **Política de Reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou R\$ 16.147 mil de lucro líquido, o valor a ser distribuído em dividendos aos sócios será conforme previsto em assembleia. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou R\$ 13.965 mil de lucro líquido, na qual podemos ver o que foi distribuído nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Receita líquida	17	27.997	-
Custo dos serviços prestados	18	(16.105)	-
Lucro bruto		11.892	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.715)	(1.411)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	14.827	23.357
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.004	21.946
Receitas financeiras	19	30	11
Despesas financeiras	19	(32)	(7)
Resultado financeiro líquido		(2)	4
Lucro antes dos impostos		24.002	21.950
Impostos de renda e contribuição social - correntes	20	(7.855)	(7.985)
Lucro líquido do exercício		16.147	13.965
Lucro líquido por ação			
Básico (centavos por ação - em R\$)	21	0,42	0,36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	16.147	13.965	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total dos resultados abrangentes	16.147	13.965	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		16.147	13.965
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	19	2.468	1.280
Juros sobre arrendamento	11	24	-
		18.639	1.280

Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	(19.290)	-
Contas a receber - partes relacionadas	15	21.154	(13.011)
Estoques	6	(432)	-
Impostos a recuperar	7	(1.176)	(97)
Outros ativos		(31)	-
Fornecedores		10.989	-
Obrigações sociais	13	113	-
Obrigações tributárias	14	75	1.157
Outros passivos		(2)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		30.039	(10.668)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8/9	(748)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(748)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(20.713)	(3.311)
Direito de ativos arrendados	11	(48)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(20.761)	(3.311)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		8.530	(13.979)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8	22
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	8.538	8
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		8.530	(14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício. **I) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **II) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia realiza a apuração do imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2022 através do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre elas, de acordo com a respectiva natureza. O percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: **• Imposto de renda pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; e **• Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%:** A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. Para o exercício de 2021 a Companhia realizou apuração do imposto de renda e contribuição social através do lucro real. As despesas de imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. As alíquotas aplicadas são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é considerada no cálculo sendo limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **k) Reconhecimento de receitas:** **i) Serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados das clínicas parceiras em atendimento aos pacientes da cooperativa. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida no momento da prestação efetiva dos serviços médicos. A receita é reconhecida com base no estágio da conclusão e apuração do resultado na data das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente realizado nas clínicas parceiras. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou

Continuação...

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 35.430.488/0001-71

PG 2/3

acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. m) **Partes relacionadas:** As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. 3.1. **Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulares ou não circulares.** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **Reforma Tributária no Brasil:** Reforma tributária Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.3.2. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.**Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação; • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2):** Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **Alterações à IAS 21/ CPC 02:** Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

	2023	2022
Caixa e bancos	44	8
Aplicações financeiras (i)	8.494	-
Total	8.538	8

(i) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rendimentos equivalentes às taxas de 98% e possuem liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Descrição		
Clientes	17.189	-
Receitas a faturar	2.101	-
Total de clientes e receitas a faturar	19.290	-

As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se, substancialmente, a serviços prestados aos convênios, cujos recebimentos ocorrem, em média, em 98 dias, em 31 de dezembro de 2023. A composição de contas a receber por vencimento é conforme demonstrada abaixo:

	2023	2022
A vencer	9.080	-
Vencidos até 30 dias	5.387	-
Vencidos até 60 dias	4.814	-
Vencidos até 90 dias	9	-
Total	19.290	-

6. ESTOQUES

	2023	2022
Descrição		
Medicamentos	335	-
Materiais e EPI's	97	-
Total	432	-

Os valores contabilizados nos estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos utilizados em procedimentos quimioterápicos. Não há quaisquer provisões para perdas e ônus reais, considerando um prazo médio de giro de aproximadamente 40 dias, em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, não há garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
Descrição		
IRPJ	1.165	-
CSLL	24	97
PIS/COFINS	84	-
Total	1.273	97

8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da Companhia é composto como segue:

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Móveis e utensílios	10%	24	(1)	23	-
Computadores e periféricos	20%	13	(8)	5	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	-	111	-	111	-
Total	-	148	(9)	139	-

Em 31 de dezembro de 2023, não existem bens dados em garantia. A Administração não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

9. INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia é composto como segue: A movimentação segue adiante:

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Acordo de parceria (i)	3,33%	38.400	(5.120)	33.280	34.560
Sistemas e aplicativos	20%	90	(5)	85	-
Desenvolvimento de software	-	510	-	510	-
Total	-	39.000	(5.125)	33.875	34.560

(i) Refere-se a direitos contratuais de parceria estratégica avaliada em R\$ 38.400, conforme aportes realizados em 2020, decorrente da avaliação da carteira de clientes da Cooperativa. A parceria foi celebrada entre Central Nacional da Unimed - Cooperativa Central ("CNU ou "Cooperativa") e Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. (Controladora) para um período de 30 anos, para em conjunto, atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia.

	Sistemas e aplicativos	Desenvolvimento de softwares	Acordo de Parceria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	35.840	35.840
Aquisições	-	-	-	-
Depreciações	-	-	(1.280)	(1.280)
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	34.560	34.560
Aquisições	90	510	-	600
Depreciações	(5)	-	(1.280)	(1.285)
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	85	510	33.280	33.875

10. OUTROS ATIVOS

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	23	-
Adiantamentos diversos	8	-
Total	31	-

11. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A companhia arrenda imóveis para suas operações, incluindo edificações. O prazo médio de arrendamento é de dez anos. As obrigações da empresa são garantidas pela titularidade dos ativos arrendados. 11.1. **Ativos de direitos de uso**

	Imóveis
Saldo em dezembro de 2022	-
Adição/Remensuração	406
Amortização	(34)
Saldo em dezembro de 2023	372

11.2. **Passivo de arrendamento:** Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa média incremental de 15,20% a.a. em 31 de dezembro de 2023. Por ocasião de vencimento e renovação de alguns contratos de aluguel, estes foram apurados com o novo valor mensal, sendo estes valores adicionais classificados na linha de Adição.

	Imóveis
Saldo em dezembro de 2022	-
Adição/remensuração	406
Amortização	(48)
Juros incorridos	24
Saldo em dezembro de 2023	382
Circulante	64
Não circulante	318

Em 31 de dezembro de 2023, a abertura do saldo está conforme abaixo:

2024	114
2025	114
2026	114
2027	114
2028 em diante	66
Total	522
Juros	(140)
Passivo de Arrendamento	382

12. FORNECEDORES

Os valores registrados como fornecedores são, substancialmente, representados por saldos a pagar a fornecedores nacionais de medicamentos, serviços médicos e fornecedores diversos. Tais medicamentos são utilizados nos procedimentos quimioterápicos.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Os valores registrados como obrigações sociais estão assim demonstrados:

	2023	2022
Descrição		
INSS	36	-
FGTS	11	-
IRRF sobre folha de pagamento	4	-
Provisão de férias e encargos	62	-
Total	113	-

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores registrados como obrigações tributárias estão assim demonstrados:

	2023	2022
Descrição		
ISSON	180	-
IRPJ/CSLL corrente	3.086	4.079
PIS/COFINS futuro	1.590	736
IRRF tributário	8	-
Retenções federais	22	-
Outras obrigações tributárias	4	-
Total	4.890	4.815

15. PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber e dividendos a pagar com Sociedades ligadas, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Contas a receber	-	-
Sociedades ligadas	-	-
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	7.534	18.492
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	-	11.336
Total	7.534	29.828
Passivo		
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	790	830
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	790	830
Central Nacional Unimed (*)	1.580	1.657
Total	3.160	3.317

(*) De acordo com o contexto operacional (Nota Explicativa nº 1) e com a estrutura de investimento na Companhia (Nota Explicativa nº 9), a relação entre a Angará e a CNU, se da pela parceria desenvolvida e centralizada na Angará, onde a CNU direciona os seus pacientes oncológicos para serem tratados na Angará, e a Aliança e Onco Vida como intervenções, operacionaliza os tratamentos oncológicos dos pacientes direcionados. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital da Companhia é de R\$38.408, totalmente integralizado, dividido em 38.408.682 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O quadro acionário é composto por:

	2023		2022
Acionista	Capital votante	Ações ordinárias	
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	25,01%	9.604.341	
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	25,01%	9.604.341	
Central Nacional Unimed	49,98%	19.200.000	
Total	100%	38.408.682	

	2022		2023
Acionista	Capital votante	Ações ordinárias	
Aliança Instituto de Oncologia S.A.	25,01%	9.604.341	
Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A.	25,01%	9.604.341	
Central Nacional Unimed	49,98%	19.200.000	
Total	100%	38.408.682	

b) **Distribuição de resultados:** Conforme descrito no estatuto social, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e tributos sobre o lucro, o lucro remanescente terá a seguinte destinação: i) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e ii) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal e eventuais ajustes determinados pelo art. 202 da Lei 6.404/76, serão destinados 25%, no mínimo, para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas, salvo caso haja previsão de percentual diverso da legislação citada, desde que esteja previsto em estatuto. c) **Reserva de lucros:** 25% **Reserva legal:** Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para absorver prejuízos. ii) **Reserva de lucro:** Conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. d) **Destinação do resultado**

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.147	13.965
Base de cálculo da reserva legal	16.147	13.965
Reserva legal	(807)	(698)
Lucro líquido após reserva	15.340	13.267
Dividendos obrigatórios	(3.835)	(3.317)
Porcentagem distribuída sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

(*) Durante o ano de 2023, foi efetuado pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$16.721.

17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
Descrição		
Tratamentos quimioterápicos e hospitalares	30.430	-
Impostos sobre a receita	-	-
PIS sobre vendas	(193)	-
COFINS sobre vendas	(890)	-
ISS sobre vendas	(608)	-
Provisão de gastos	(742)	-
Total	(2.433)	-

Reculta operacional líquida

	2023	2022
Reculta operacional líquida	27.997	-

A reculta bruta inclui receitas a futuro, que se referem a serviços prestados, porém não faturados, junto às

operadoras de saúde. Estes serviços são reconhecidos no resultado com base no estágio de conclusão do serviço prestado na data de apresentação das demonstrações contábeis, sendo sua contrapartida registrada no contas a receber de clientes.

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Descrição		
Tratamentos quimioterápicos e hospitalares	14.827	23.544
Impostos sobre outras receitas operacionais	-	-
PIS sobre outras receitas operacionais	-	(33)
COFINS sobre outras receitas operacionais	-	(154)
Total	14.827	23.557

Outros resultados operacionais

	2023	2022
Descrição		
Custos médicos e medicamentos	(15.801)	-
Pessoal, encargos e bônus	(217)	(65)
Despesas com serviços de terceiros	(206)	(51)
Uso e consumo	(67)	(1)
Despesas com comunicação	(40)	(14)
Depreciação e amortização	(1.328)	(1.280)
Depreciação e amortização apuração CNU	(1.140)	-
Outras receitas (despesas)	(21)	-
Total	(18.820)	(1.411)

Custo dos serviços prestados

	(16.105)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.715)	(1.411)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Descrição		
Recultas financeiras	-	-
Rendimento de aplicação financeira	22	11
Descontos obtidos	8	-
Total	30	11

Despesas financeiras

	(2)	(6)
IOF	(2)	(6)
Tarifas bancárias	(1)	-
Juros sobre passivos arrendados	(24)	-
Outras despesas financeiras	(5)	(1)
Total	(32)	(7)

Resultado financeiro líquido

	(2)	4
--	-----	---

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No ano de 2023 a Companhia optou por alterar o regime de tributação para o Lucro Presumido. a) **Conciliação do imposto de renda e a contribuição social – correntes**

	2023	2022
Conciliação IRPJ/CSLL – Lucro Presumido		
Receita prestação de serviço	29.662	-
Presunção IRPJ – 8%	2.373	-
Presunção CS – 12%	3.559	-
Demais receitas	18.473	23.555
IRPJ (15% + 10% adicional)	5.872	5.865
CSLL (9%)	1.963	2.120
Total IRPJ/CSLL apurado	7.855	7.985
Alíquota nominal (IR/CS)	34%	34%
Alíquota efetiva após compensação	26%	34%

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Fatores de risco financeiro:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito. A administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A estrutura de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Companhia, por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de partes relacionadas. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício é demonstrada como segue: A administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	Nota	2023	2022
Ativo, conforme balance patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.538	8
Contas a receber de clientes	5	19.290	-
Partes relacionadas	15	7.534	29.828
Total		35.362	29.836

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos mantidos em conta corrente representam a exposição máxima ao risco de crédito desses saldos. Os referidos saldos são mantidos com bancos e instituições financeiras conceituadas pelo mercado. ii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. b) **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos de partes relacionadas e fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. c) **Instrumentos financeiros por categoria**

	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	2023	2023	2022	2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8.538	8.538	8	8
Contas a receber de clientes	19.290	19.290	-	-
Partes relacionadas	7.534	7.534	29.828	29.828
Total ativos financeiros	35.362	35.362	29.836	29.836

Passivos financeiros

	Custo amortizado	10.989	10.989	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	3.160	3.160	3.317	3.317
Dividendos a pagar		14.149	14.149	-	-
Total passivos financeiros		14.149	14.149	-	-

23. RESULTADO POR AÇÃO: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2023	2022
Resultado atribuível aos acionistas	16.147	13.965
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	38.408	38.408
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R\$)	0,42	0,36

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. A Companhia não possui operações descontinuadas.

24. CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, quando necessário é constituído provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2023 e 2022 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeressem a apresentação de valores prováveis ou possíveis em suas Demonstrações Contábeis.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº4. a) **Transações que não envolveram o caixa**

	2023	2022
Direito de uso e passivo de arrendamento	372	-
Variação do direito de uso	382	-
Variação do passivo de arrendamento	-	-
Efeito não caixa		
Amortização do direito de uso	(34)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	24	-
Adição/remensuração (ativo)	(406)	-
Adição/remensuração (passivo)	406	-
Total da variação menos as transações não caixa do direito uso e passivo de arrendamento	764	-
Demonstração do fluxo de caixa		
Direito de uso	406	-
Passivo de arrendamento	358	-

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada e autorizada pela administração em 29 de fevereiro de 2024.

* * *

DIRETORIA

Eduardo César Alves - Diretor Administrativo-Financeiro
Rodrigo de Oliveira Almeida - Diretor Médico

CONTADOR

Bianca de Abreu Miranda
Contadora - OAB-MG/3615/O-

ANGARA ONCOLOGIA E PARTICIPACOES S.A.

PG 3/3

CNPJ: 35.430.488/0001-71

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Angará Participações S.A.
Brasília – DF
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Angará Oncologia e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angará Oncologia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e com condições específicas definidas contratualmente entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, cujo relatório datado em 24 de fevereiro de 2023, continua ênfase relacionada ao

mesmo assunto citado na ênfase deste relatório. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8
Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 28/03/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

